

ASSEMBLEIA

Piratini decide enviar projeto sobre plebiscito

Governo volta atrás, atende exigências de técnicos da Assembleia e consulta inicia tramitação

O governo do Estado protocolou ontem o projeto de lei (PL) nº 107/2017, com o qual pede autorização à Assembleia para privatizar ou federalizar as estatais do setor energético CEEE, CRM e Sulgás. A indicação clara dos planos do governador José Ivo Sartori (PMDB) seria uma das premissas necessárias à realização de um plebiscito, ainda em 2017, para que a sociedade opine sobre o tema, de acordo com a assessoria do presidente do Legislativo, deputado Edegar Pretto (PT) e com a interpretação aplicada por especialistas em Direito Constitucional. O anúncio da iniciativa foi feito ontem, em entrevista coletiva.

Desde a semana passada, o governo e parte de seus aliados investem sobre a possibilidade da consulta ocorrer nesse ano. A posição passou a ser defendida após o recuo do Executivo, no última sessão plenária de



Fábio Branco (D) disse que a venda das estatais agora é 'imprescindível'

maio, quando o líder do governo, deputado Gabriel Souza (PMDB), anunciou a retirada da proposta de emenda à Constituição 259, com a qual Sartori propunha que não houvesse plebiscito para privatizar ou federalizar as empresas públicas. De lá para cá, o tema virou prioridade para o Piratini, mas tem sido barrado por obstáculos legais.

Para Souza, a apresentação do PL 107 atende à solicitação do presidente do Legislativo, "no sentido de que as consultas plebiscitárias, convocadas através de Projeto de Decreto Legislativo (PDL), devem estar fundamentadas em matéria legislativa

em tramitação". "Protocolamos esta proposta para evitarmos o jogo político colocado pela oposição, especialmente pelo PT, de postergar ao máximo a convocação da consulta popular", afirmou Gabriel. Segundo ele, o texto poderá estar na Ordem do Dia da próxima terça-feira, caso ocorra acordo entre as bancadas da base e da oposição. Presente no ato, o chefe da Casa Civil, secretário Fábio Branco (PMDB), defendeu que a alienação das estatais é "imprescindível" e disse que o governo "busca retomar a capacidade de investimentos através do equilíbrio financeiro", justificou.

CONTRA REDUÇÃO

TJRS quer manter zonas eleitorais

Os desembargadores do Órgão Especial do TJRS aprovaram, ontem, envio de ofício ao Tribunal Regional Eleitoral manifestando apoio no sentido da manutenção da atual distribuição das zonas eleitorais no Estado. A decisão foi unânime.

Uma proposta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pretende realizar uma redistribuição das zonas eleitorais em todo o país, conforme o número de habitantes de cada município. Pela nova regra, o TRE gaúcho teria

redução de zonas eleitorais.

A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) solicitou ao Tribunal de Justiça manifestação para que não seja implantada a medida prevista pelo presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, que trata do rezoneamento em todo o país. Pela proposta, seriam extintas zonas eleitorais no Estado.

O presidente do TJRS, desembargador Luiz Felipe Silveira Difini, foi o relator do processo no Órgão Especial e destacou que

a medida do TSE deve ser descolhada por três aspectos: histórico-político, constitucional e pragmático.

"A medida, portanto, vai na contramão de tudo o que se projetou em 1988 – um verdadeiro Estado Democrático de Direito, com instituições sólidas e fortes – pois pretende alterar, para pior, justamente o que está consolidando a democracia: uma justiça eleitoral presente e atuante nos mais diversos cantos do país", afirmou Difini.

LUTO NA CAPITAL

Morre mãe de Marchezan

Faleceu na manhã de ontem, aos 77 anos, Maria Helena Bolsion Marchezan, mãe do prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior (PSDB). A comunicação sobre o óbito ocorreu através de uma nota oficial divulgada no site da Prefeitura da Capital. Ela estava internada no Hospital Moinhos de Vento e lutava, havia anos, contra uma doença degenerativa.

Maria Helena nasceu em Santa Maria e trabalhou como professora. Dedicou a vida aos cinco filhos: Adriana, Ana Lúcia,

Cristina, Felipe e Nelson Marchezan Júnior.

Devido ao falecimento, o vice-prefeito Gustavo Paim foi encarregado de cumprir a agenda de entrega do Plano Plurianual ao Legislativo Municipal, onde os vereadores, em seguida, suspenderam a sessão, determinando luto em respeito pelo falecimento da mãe do prefeito.

O velório ocorre desde a noite de ontem e a cerimônia de cremação está prevista para as 12h, no Crematório Metropolitano, em Porto Alegre.

LAVA JATO

STJ quebra sigilo de Colombo

O ministro Luis Felipe Salomão, do STJ, autorizou a quebra de sigilo telefônico do governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo (PSD). O político é investigado em desdobramento da Operação Lava Jato por supostamente ter recebido R\$ 2 milhões em caixa 2 da construtora Odebrecht, durante a campanha eleitoral de 2010. A quebra do sigilo corresponde ao período de 1º de junho de 2012 a 28 de fevereiro de 2015.



Curta o Correio no Facebook
fb.com/correiodopovo

CORREIO DO POVO
O Jornal que vai direto ao ponto.



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

TSE diante de desafio histórico

A retomada do julgamento da ação que pede a cassação da chapa Dilma Rousseff/Michel Temer por abuso de poder político e econômico, a partir das 19h de hoje, no Tribunal Superior Eleitoral, é um dos momentos mais esperados dos últimos tempos no país. Estão previstas ainda sessões amanhã, às 9h, e na quinta-feira, em dois horários, às 9h e às 19h. A cada dia, surgem versões e análises sobre o desfecho do caso na Corte, e sobre seus impactos no cenário político e nas intenções de Temer de tentar se manter na cadeira de presidente. O Tribunal Superior Eleitoral e seus sete ministros estão no centro dos holofotes – com transmissão ao vivo pela Internet e pela TV Justiça – e provavelmente diante do julgamento com maior repercussão de suas histórias pessoais e institucional da Corte. Apesar de manifestações recentes, como a do próprio presidente do tribunal, ministro Gilmar Mendes, de que a análise será exclusivamente técnica e jurídica, o impacto político do desfecho será ignorado por suas excelências? Os ministros estão blindados a pressões públicas e nos bastidores e a movimentos que evidenciam clara tentativa de constrangimentos e intimidação por protagonistas do status quo vigente em Brasília? São muitas as perguntas e, por ora, poucos os indicativos. Entre eles, o de que deve ser rejeitada a tese de separar as responsabilizações de Dilma e Temer com base no argumento dos advogados de defesa do peemedebista de que as contas de campanhas eram distintas.

Lênio Streck: imagem pode ser arranhada

Para o jurista Lênio Streck, uma eventual absolvição do presidente Michel Temer na ação que pede a cassação da chapa eleita ao Palácio do Planalto em 2014, pode arranhar politicamente a imagem do Tribunal Superior Eleitoral. Lênio defendeu ainda que caso o resultado seja a cassação de Temer, o único caminho possível é a realização de eleições indiretas. "Lamento, mas não podemos ser casuístas e defender diretas, mudando as regras do jogo quando há interesses", disse o jurista.

STF será acionado para que Maia se manifeste

A postura do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do Dem, que não se posicionou sobre pedidos de impeachment contra Michel Temer, será questionada nos próximos dias em iniciativas que visam a elevar a pressão e causar constrangimento ao parlamentar. Ontem, em entrevista ao programa "Esfera Pública", o deputado Alessandro Molon, da Rede, autor de um dos pedidos, afirmou que ingressará junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) exigindo posicionamento de Maia, que é aliado de Temer. "A prerrogativa é exclusiva dele. Maia terá de decidir. Até porque, enquanto apenas engaveta os pedidos, não podemos nem mesmo apresentar recurso da decisão", disse Molon. No final de maio, o presidente nacional da OAB, Claudio Lamachia, já havia advertido, em entrevista ao jornalista Lucas Rivas, da Rádio Guaíba, que acionaria o STF caso Maia demorasse para se manifestar ou arquivasse os pedidos de impeachment.

Argumentos jurídicos, briga política

O governo gaúcho reviu a estratégia e, ao invés de entrar em briga jurídica como previsto até o fim da última semana, decidiu atender às exigências feitas pela presidência da Assembleia, com base em entendimento da procuradoria-geral da Casa, e protocolou proposta manifestando as intenções em relação a CEEE, CRM e Sulgás e projeto de decreto legislativo que, se aprovado em plenário, viabilizará a realização de plebiscito. O Executivo sabe que não terá tempo para viabilizar a consulta pública ainda este ano, até 15 de novembro como determina a legislação. Os movimentos agora visam prioritariamente a reforçar o discurso político posterior, de que tentou salvar as empresas enquanto havia possibilidade, e impor desgaste a adversários, que defendem o plebiscito, mas apenas em 2018, junto com as eleições gerais.

APARTES

■ A próxima greve geral, contra as reformas da Previdência e trabalhista e pelas diretas, foi marcada para o dia 30 deste mês.

■ Para o deputado federal Pauderney Avelino, do Dem, Michel Temer não deveria ter recebido "um criminoso e canalha" como Joesley Batista, mas o conteúdo da gravação não é suficiente para ameaçar a permanência do presidente.